

LDO abre torneira aos municípios

Orçamento

O orçamento da União para o próximo ano corre o risco de abrir demais as torneiras do Tesouro Nacional para os estados e municípios. A semente dessa abertura está no parecer do deputado Messias Gois (PFL-SE) sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentado ontem à Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O texto retira da versão original, enviada pelo governo ao Congresso, a proibição para que sejam feitas transferências voluntárias de recursos do Governo Federal aos estados e municípios. "Alguma receita sempre sobra no orçamento do Governo e não podemos proibi-lo de canalizar recursos para novos projetos de interesse dos estados e municípios", justifica Gois.

A LDO é a lei que fixa os critérios para os gastos públicos, uma espécie de filtro para que o Governo não gaste em setores não prioritários ou além de suas possibilidades.

Penúria

Mas a tese contrária tem fortes adeptos na Comissão de Orçamento. Entre eles está o presidente da comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). Ele avalia que desde o ano passado os governadores e prefeitos ficaram numa situação de penúria, contando "apenas com a arrecadação de impostos locais e com os recursos dos fundos de participação", o que é muito pouco, garante. Já o relator acrescenta mais um argumento pela abertura das torneiras: "O próprio Governo pode criar novos projetos para a alocação de recursos. Por que não deixar essa possibilidade prevista já na LDO?", defende.

Outra brecha promissora para ampliar os gastos públicos foi colocada no Artigo 11 da LDO. Aí, a versão finalizada por Gois mantém o limite de gastos com custeio administrativo em 90%, em termos reais, em relação aos gastos do ano passado. Só que desses gastos ficam excluídas as despesas com o pagamento dos servidores públicos, para que o Governo faça uma política salarial flexível, argumenta Gois.

Hoje, a comissão começará a discutir o parecer de Messias Gois, com a expectativa de votar o texto até a próxima sexta-feira. Mas no caminho dessa votação há o impasse criado pelos líderes do PT, José Genoíno, e do PDT, Vivaldo Barbosa. Eles impõem como condição para votar a LDO que sejam apreciados antes a nova política salarial e o projeto de lei que definirá os critérios para a fixação do salário mínimo.